



Universidades Lusíada

Sêrro, Luís Manuel Lourenço, 1953-

O conceito hegeliano da história

<http://hdl.handle.net/11067/3392>

Metadados

Data de Publicação	2017-06-30
Resumo	Como época, o Romantismo manifesta-se pluralmente na diversidade concreta da vida dos povos e das civilizações. Foi com intuito de o compreender mais profundamente que nos debruçamos sobre o conceito Hegliano de História, não com uma atitude crítica (que seria sempre subjectiva) mas como uma dissertação sobre a obra em si mesma; pois se a filosofia é pensamento, a filosofia da História é pensá-la nas suas manifestações objetivas. Este artigo expõe e acompanha pela análise este pensamento. Par...
Palavras Chave	Filosofia - História, Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 1770-1831 - Crítica e interpretação
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] RAL, n. 7 (1.º semestre 2015)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:51:57Z com informação proveniente do Repositório

O CONCEITO HEGLIANO DA HISTÓRIA

Luís Manuel Lourenço Sêrro

RESUMO

Como época, o Romantismo manifesta-se pluralmente na diversidade concreta da vida dos povos e das civilizações.

Foi com intuito de o compreender mais profundamente que nos debruçamos sobre o conceito Hegliano de História, não com uma atitude crítica (que seria sempre subjectiva) mas como uma dissertação sobre a obra em si mesma; pois se a filosofia é pensamento, a filosofia da História é pensá-la nas suas manifestações objetivas.

Este artigo expõe e acompanha pela análise este pensamento.

Para Hegel a natureza é uma predicação da ideia que se manifesta na sua determinação, ou seja o espírito infinito, pela sua infinita atividade determina-se no finito.

É através destas determinações que a Ideia se revela a si mesma e se torna auto-consciente.

Porém, ela não se determina ao acaso, mas segundo uma ordem concreta e leis precisas. Estas leis e esta ordem são a Providência Divina que se revela ao Homem, e este deve torná-las conscientes de si mesmo, descobrindo-as.

Tal é o fim último do Homem.

Mas a natureza adquire duas formas: o mundo natural, com as suas leis físicas, e o mundo espiritual, com as determinações próprias do espírito: a religião, a arte, a filosofia, o direito, etc.. que só se podem realizar no Estado, pois elas constituem no seu conjunto a eticidade dos povos.

Todas estas determinações da Ideia são a matéria da História que ela mesmo produz, e porque caem no tempo, que é a negatividade do presente, elas vivem sem futuro e sem passado num eterno presente.

Tal é o tema central da filosofia de Hegel: a dissolução do finito no infinito, ou expresso de outra maneira, o que é racional é real e o que é real é racional.

Por isso a filosofia da História, não só se assume como um conjunto de todo o pensamento de Hegel, como é a realização em acto de tudo o que o homem é, como é, e como deve ser, num processo continuo que reflete o devir da ideia.

PALAVRAS-CHAVE

História; filosofia; determinação; liberdade; Estado.

ABSTRACT

As an epoch, Romanticism plurally manifests itself in the diversity of peoples' and civilizations' life.

Within the intention of a more deeply understanding of this epoch, we look back on the Heglian concept o history, not with a critical attitude (which would always be subjective) but rather as a dissertation of the work itself; for if philosophy is thought, the philosophy of history is to think of it in its objective manifestations.

This article exposes and follows through the analysis this thought.

For Hegel, nature is a predication of the idea which is manifested in its determination, in other words the infinite spirit, for its infinite activity is determined in the finite.

It is through these determinations that the Idea reveals itself and becomes self-conscious.

However, it is not determined by chance, but according to a concrete order and precise

laws. These laws and this order are the Divine Providence revealed to man, and this should make them aware of himself, discovering them.

This is the ultimate goal of man.

But the nature acquires two forms: the natural world, with its physical laws, and the spiritual world, with its own determinations of the spirit: religion, art, philosophy, law, etc .. which can be carried out only in the State because as a whole, they constitute the people's ethics.

All these determinations of the Idea are the history's matter produced by itself, and because they fall in time, which is the present negativity, they live with no future and no past in an eternal present.

It is the objectification of the main theme of Hegel's philosophy: the dissolution of the finite in the infinite, or expressed in another way, what is rational is real and what is real is rational.

So the philosophy of history, not only sees itself as a set of all Hegel's thought as it is the realization in act of what man is, as it is, and how it should be, a continuous process that reflects the becoming of idea.

KEY-WORDS

History; philosophy; determination; freedom; State.

1. INTRODUÇÃO

A Filosofia da História é a síntese de toda a obra de Hegel e resultou da compilação de textos e apontamentos dos cursos de Berlin de 1822 e de 1830/37, que os seus alunos editaram após a sua morte não sendo pois revista pelo próprio Hegel.

O tema central da sua obra é a dissolução do finito no infinito, e este processo resulta da predicação da ideia no objecto concreto, que exterior a si, a si retorna como reflexão de si mesmo.

Hegel distingue três momentos neste processo:

- O primeiro momento é o da ideia em si – o absoluto, o universal.
- O segundo momento é o da ideia fora de si, a sua predicação no mundo natural, a natureza ou no espírito finito.
- O terceiro momento é o da filosofia do espírito que é o regresso da ideia a si mesma como auto consciência.

Esta relação da ideia consigo mesma através das suas diversas manifestações no espírito finito é a substância de tudo o que existe, como existe e porque existe; e como o que existe como espírito finito cai no tempo, o objecto da filosofia da história é um "universal concreto".

Este artigo, juntamente com os outros dois que o antecederam (Fundamentos filosóficos do Romantismo; o Sublime) formam um conjunto de análises que procura pensar e entender o Romantismo como um todo e não só como uma manifestação artística.

Não se trata pois de sabermos se Hegel defende ou não a monarquia, ou das suas considerações sobre o percurso da História Mundial, mas apenas de uma reflexão analítica e descritiva sobre a Introdução dos cursos de Berlin pois é nestes manuscritos que se encontram equacionados os princípios abstratos que mais interessam à nossa análise.

2. DESENVOLVIMENTO

Mas como a filosofia é pensamento, a Filosofia da História é a maneira de pensar a História. Hegel afirma mesmo que distingue três maneiras de escrever a história:

- a) A História Originária;
- b) História Refletida;
- c) Filosofia da História.

2.1. História Originária.

Hegel nomeou assim a primeira fase da História, em que os historiadores aludiam e relatavam os factos segundo a sua própria subjetividade.

“L’histoire à proprement parler d’un peuple commence lorsqu’il s’est formé jusqu’à parvenir à la conscience [de soi].”¹ (Hegel, 2009, p. 114)

A história de um povo propriamente dita, começa quando este se forma, até chegar à tomada de consciência de si.

Ora nesta primeira fase, a formação cultural (Bildung) de um povo está ainda confusa, esse povo ainda não tomou consciência de si na sua totalidade, a sua eticidade ainda não está completamente formada, e por isso o historiador estabelece uma narrativa, uma representação concreta e portanto durável do que está disperso, e assim torna o facto histórico um objecto de memória.

O sujeito está assim intrinsecamente ligado ao objecto e predica no facto histórico as suas representações subjetivas.

“Avant tout, donc, l’auteur n’aura pas de réflexions à placer, car il vit dans l’esprit de la chose même, il n’est pas PAR-DELÀ ELLE, comme l’est la réflexion.”² (Hegel, 2009, p. 41)

“Il vit dans cette réflexion-là, qui est la réflexion du temps.”³ (Hegel, 2009, p. 116)

Hegel dá-nos mesmo exemplos de tais historiadores como Herodoto; Tucídides e Xenofonte, cuja descrição se refere á intenção, aos atos, e aos fins dos seus protagonistas e assim, através da narrativa a representação espiritual entra na memória coletiva.

Por isso a narrativa torna imortal o objecto que ao sujeito retorna sob forma de memória.

“(…)les actions se manifestent aussi en tant que discours, parce que ces mêmes [discours] agissent sur la representation; et de tels discours sont comme des actions, et ils constituent alors une partie essentielle de l’histoire.”⁴ (Hegel, 2009, p. 115)

“O historiador originário” descreve assim o fenómeno que ele viveu e do qual obteve uma experiência pessoal pelas contingências sociais e materiais que despoletaram o próprio fenómeno.

Em conclusão: o sujeito predica no objecto as suas representações subjetivas, que absorvem no seu conteúdo o objecto; este assim enriquecido torna-se imortal e ao sujeito retorna sob forma de memória.

É esta identificação entre as MINHAS REPRESENTAÇÕES e o objecto nelas absorvido, que origina os sentimentos de patriotismo, solidariedade, exaltação da ação, etc.. e quanto

¹ “A história propriamente dita de um povo começa quando este se forma, até chegar à tomada de consciência [de si.]” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

² “Antes de tudo, portanto, o autor não terá reflexões a colocar, pois ele vive no espirito da coisa mesmo, ele não está para lá dela, como está a reflexão.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

³ “Ele vive nessa reflexão-aí que é a reflexão do tempo.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

⁴ “(…)as ações manifestam-se também tanto em discurso, porque estes mesmos [discursos] agem sobre a representação; e tais discursos são como ações, e constituem então uma parte essencial da história.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

maior for a identificação mais forte e mais lata será a dimensão desse sentimento até ao limite da sua plenitude.

O romantismo usará este tipo de análise histórica nos seus romances e nas manifestações artísticas até á exaustão.

2.2. História Refletida.

O ser, só é ser pela sua ação infinita e por isso coloca-se a si-mesmo como ser-lá.

Este ser-lá é um ser-outro que contém em si o ser que o determinou.

Esta relação entre o ser e o ser-lá é que é a reflexão; não como um movimento que parte de um ponto A, atinge um ponto B e retorna à origem A, mas como uma relação auto consciente que em si mesma está englobada.⁵

“Ordinairement, lorsque nous parlons de retour, nous nous représentons un point de départ, un lieu vers lequel aller et un retour à la place initiale. Nous devons renoncer à cette représentation, selon laquelle le sujet serait constitué du premier [terme]. Car seule le second [terme], ce qui a fait retour à soi, est le sujet, l'effectivement réel, le vrai. Ou bien [pour dire les choses autrement] l'esprit n'est qu'à titre de résultat de lui-même, non pas à titre de simple commencement, d'immédiat. Tel est le fil conducteur de toute l'histoire mondiale.”⁶ (Hegel, 2009, pp. 133-134)

Por isso quando Hegel designa esta maneira de tratar a história como História Refletida refere-se na sua essência á natureza analítica da interpretação que o historiador faz do facto histórico. Isto é procura explica-lo de acordo com as motivações e tropismos da época em que ocorre.

“C'est surtout une histoire qui, dans sa présentation, va au-delà de ce qui était présent, à l'auteur lui-même - de ce qui lui était présent non pas seulement dans le temps, mais dans l'esprit, dans cette vitalité qu'a l'esprit.”⁷ (Hegel, 2009, pp. 44-45)

Portanto, o fenómeno histórico está separado do sujeito que o analisa como objecto exterior que tem uma existência própria e que só por um acto analítico pode interiorizar essa manifestação.

Esta interiorização é o objecto que enriquecido pela análise do sujeito, ao sujeito retorna com um valor acrescentado. Hegel individualiza quatro abordagens diferentes da História Refletiva.

2.2.1. A História Refletida propriamente dita.

Foi referido que a história refletida é aquela em que o autor reflete e interpreta o facto histórico como objecto, isto é como fenómeno exterior, e por isso o sujeito está dele separado.

⁵ Cf. Hegel. “Science de la Logique. Premier Tome” – La logique objective. Chap. I – Déterminité – Être.

⁶ “Geralmente, quando falamos de retorno, representamo-nos um ponto de partida, um sitio para o qual ir, e um regresso ao lugar inicial. Nós devemos renunciar a essa representação, segundo a qual o sujeito seria constituído do primeiro [termo]. Pois somente o segundo [termo], o que faz retorno a si, é o sujeito, o efectivamente real, o verdadeiro. Ou então [para dizer as coisas de outra maneira] o espirito não é senão a título de resultado de si-mesmo, não a título de simples início, de imediato. Tal é o fio condutor de toda a história mundial.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l'Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

⁷ “É sobretudo uma história que, na sua apresentação, vai para além do que era *presente*, ao autor em si - do que lhe era *presente* não unicamente no tempo, mas no *espirito*, nessa vitalidade que o espirito tem.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l'Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

Assim, o objecto já não é só o facto em si mas também o que o determina.

Esta análise constitui o relato dos eventos históricos baseados em documentos autênticos.

Mas o acto de reflexão é uma ação do pensamento e esta, pela sua capacidade de ação e síntese pode dar ao facto histórico diversas dimensões e conteúdos.

Se por um lado pode abreviar a conclusão (por exemplo, a hora de começo da batalha determinou a derrota do exercito) por outro pode num só relance dar a ideia do todo (por exemplo, ao fim de cinco horas a batalha foi ganha); ou pode ainda explicar o evento através de inúmeros detalhes tornando a narrativa quase incompreensível pela sua extensão.

A narrativa histórica assume assim uma tonalidade própria da época do narrador que, justamente porque o sujeito é condicionado pela época em que vive, as suas descrições possuem uma vivacidade intuitiva que se torna uma evidência para quem lê.

O leitor sente-se pois transportado para a época dos acontecimentos e é conduzido pelas opções da narrativa quer elas sejam globalizantes, ou detalhadas ao mais pequeno pormenor.

O objecto assim enriquecido pela análise do sujeito, ao sujeito retorna como representação valorizada.

2.2.2. A História Refletida pragmática.

Na narrativa o fenómeno histórico aparece-nos distante e referenciado a um “tempo passado”. Mas como foi afirmado, na reflexão só o segundo termo é sujeito, que ao sujeito retorna, e assim, ao espirito é necessário um presente num presente que pela reflexão do fenómeno histórico este não envelhece.

Assim a história refletida pragmática é aquela cuja narrativa se ocupa, não de indivíduos singulares, mas de épocas, ou Estados, etc.. ou seja de abstrações que por serem na sua substância comuns a todas as épocas, a narrativa torna-se numa narrativa sem tempo, ou seja predica-se no presente.

“Le besoin D’UN PRÉSENT se fait alors sentir. Celui-ci ne se trouve pas dans l’histoire. Un tel présent, c’est dans l’intellection de l’entendement, dans l’activité et dans les efforts de l’esprit en la matière qu’il se trouve.”⁸ (Hegel, 2009, p. 50)

Na História o absoluto presente não se encontra pois no facto accidental mas no conceito da “coisa em si”⁹ ou seja, na sua universalidade.

“Si abstraites qu’elles soient, de telles réflexions pragmatiques constituent donc, en fait, le présent, et ce qui doit donner vie au récit du passé, ce qui doit le conduire à la vie présente. (Les Français [par rapport aux] Allemands nous satisfont davantage, [que de dire] c’est comme ça que c’était.”¹⁰ (Hegel, 2009, p. 51)

⁸ “A necessidade de UM PRESENTE faz-se então sentir. Este não se situa na história. Um tal presente está na *intelecção do entendimento*, na atividade e nos esforços do espirito na matéria onde este se encontra.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

⁹ “A razão englobada na sua determinação é a coisa em si.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

¹⁰ “Abstratas quanto sejam, tais *reflexões* pragmáticas constituem portanto, de facto, o *presente*, e o que o deve *dar vida* à narrativa do *passado*, o que o deve *conduzir* à vida presente. (Os Franceses [em relação aos] Alemães são mais elucidativos, [dizendo] é assim que foi”. HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

Tal abstracção é o objecto e o objecto do historiador, que ao dedicar-se aos grandes acontecimentos (por exemplo, a Escolástica ou a Revolução Francesa) identifica o fim dos povos com a finalidade da sua época, ou seja revela a Eiticidade dos Povos.

2.2.3. A História Refletida Critica.

A História Refletida Critica, é ainda uma narrativa do objecto refletido mas não fundamentado na sua universalidade como a história pragmática, mas na particularidade da interpretação do sujeito que narra.

Este recita e aprecia estas narrativas introduzindo nelas a sua própria subjetividade.

O presente que elas contém consiste pois na credibilidade que o autor retira dessas descrições.

“Elle n'est pas tellement l'histoire elle-même, mais c'est une histoire des récits de l'histoire et de l'appréciation de ces récits (...) Le présent qu'il y a là-dedans consiste dans la perspicacité de l'auteur, qui, de toutes les circonstances, tire des conclusions pour la crédibilité [du récit].”¹¹ (Hegel, 2009, pp. 120-121)

Esta crítica dá origem às representações mais arbitrarias e fantásticas da imaginação.

O presente nelas contido não recai sobre uma análise formal do passado mas na inspiração subjetiva das representações desse passado.

São exemplos deste tipo de história, os romances históricos quer eles se refiram á eticidade de um povo (por exemplo, “A Abóbada” de Alexandre Herculano) ou à narrativa afetiva da ação do Herói que é o Romance.

2.2.4. A História Refletida que parte da operação de uma abstracção.

Esta maneira de abordar a história, tal como o nome indica é uma narrativa que se fundamenta numa abstracção do fenómeno histórico, referenciando-o á eticidade de um povo, como meio de a revelar.

Por isso esta abstracção permite a ligação entre a narrativa e a filosofia da história.

“Il y a enfin une histoire qui, d'emblée, se présente comme étant en partie une opération d'abstraction. Elle opère certes une abstraction, mais elle assure en même temps le passage à l'histoire philosophique du monde.”¹² (Hegel, 2009, p. 121)

Mas esta abstracção para ser refletida recai sobre uma parte da história de um povo, fazendo sobressair um tema particular. Assim, de entre os temas particulares surgem por exemplo a História da Arte; a História da Ciência; a História do Direito; a História Económica; etc.. e no seu tratamento tudo depende do contexto e da conexão do todo com a História.

¹¹ “Ela não é tanto a história em si mesma, mas é uma história de narrativas da história e da apreciação dessas narrativas (...) O presente que há aí-dentro consiste na perspicácia do autor que, de todas as circunstâncias, tira conclusões para a credibilidade [da narrativa.]” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l'Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

¹² “Há por fim uma história que, fora de mão, apresenta-se como sendo em parte uma operação de abstracção. Ela opera, é certo, uma abstracção, mas ela assegura ao mesmo tempo a passagem à história filosófica do mundo.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l'Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

Hegel particulariza mesmo as diferenças que existem entre a História do Direito Romano de Victor Hugo, e a História do Direito Germânico de Eichhorn.

Estas particularizações são uma predicação da Ideia no “Estado” de um povo, mas essas reflexões são já matéria da filosofia da História.

3. FILOSOFIA DA HISTÓRIA

3.1. Conceito geral.

A filosofia é pensamento e consequentemente a filosofia da História é o objecto pensado da História.

Mas em filosofia pensamento é razão: “Entender aquilo que é, tal é o objectivo da filosofia, pois aquilo que é, é a razão”¹³ (Abbagnano, 1991, p. 83)

Mas o que é é uma determinação da razão e, por isso, Hegel enuncia uma das suas sínteses mais importantes, com a força de um postulado: O que é racional é real. Quer isto dizer que a razão e realidade coincidem.

Ora, é através da dialética que a razão se reconhece na realidade e por isso este processo dinâmico é em si mesmo infinito, porque é infinita a acção da razão.

“A razão é o princípio infinito auto consciente; a identidade absoluta da realidade e da razão exprime a resolução absoluta do finito e do infinito.”¹⁴ (Abbagnano, 1991, p. 82)

Este é o tema central da filosofia de Hegel: a dissolução do finito no infinito.¹⁵

Assim na filosofia da História é a razão, que na sua auto atividade, fornece a si mesmo todo o material que ela elabora, e nele se reconhece; e o fenómeno histórico não é mais do que uma “*de-terminação*” exterior da razão, o material que ele produziu na sua atividade e, no reconhecimento do qual adquire a sua auto consciência.

“Qu’une telle idée et elle seule soit le vrai, l’éternel, ce qui est absolument puissant; qu’elle se révèle dans le monde, et que rien en elle ne se révèle si ce n’est elle, sa splendeur et sa gloire.”¹⁶ (Hegel, 2009, p. 54)

Ora a auto-consciência da razão pressupõe segundo Hegel uma necessidade subjectiva e o seu entendimento deve ser tomado na sua globalidade. Este é o conjunto da diversidade e da multiplicidade de formas e aparências que a determinação da razão adquire na acção humana.

“(…) le considérer comme une vue d’ensemble du tout, comme le résultat de la considération à laquelle nous devons nous livrer, - et c’est parece que le tout m’est déjà connu qu’un tel résultat m’est connu. C’est donc seulement de la considération

¹³ ABBAGNANO, Nicola. “História da Filosofia” Vol. IX. §578. A Filosofia do Direito. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1428-9

¹⁴ ABBAGNANO, Nicola. “História da Filosofia” Vol. IX. §578. A Filosofia do Direito. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1428-9

¹⁵ Cf. Fichte e Schelling. A grande diferença consiste em que para estes filósofos o finito progride segundo uma direcção para o infinito, enquanto que para Hegel este seria um falso infinito, pois auto limitar-se-ia. Por isso a única possibilidade é o finito dissolver-se eternamente no infinito, numa infinita auto-actividade do ser.

¹⁶ “Que uma tal ideia, e ela só seja o verdadeiro, o eterno, o que é absolutamente potente; que ela se revele no mundo, e que nada nela se revele que não seja ela, o seu esplendor e a sua glória.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

de l'histoire mondiale elle-même qu'il s'est avéré et qu'il s'avérera qu'en elle en est allé rationnellement, que l'histoire mondiale universelle a été la marche nécessaire et rationnelle de l'esprit du monde; - l'esprit du monde est l'esprit en général que [constitue] la substance de l'histoire, l'esprit un dont la nature est une et toujours la même, et qui explicite cette nature une qui est la sienne dans l'être-lá du monde."¹⁷ (Hegel, 2009, p. 55)

Este ser-lá é pois o objecto da história, não só considerado como necessidade e reportado ao universal (todo) mas também como uma determinação da razão.

3.2. O objecto da História.

O objecto da história é pois a revelação do universal através das manifestações particulares (ser-lá) da razão.

Mas se a razão rege o mundo é também a razão que descobre as leis pelas quais o mundo é governado.

Ora se a predicação da razão se efetiva através de leis e que essas leis não são reveladas, é porque essa predicação não se processa ao acaso, mas está sujeita a uma necessidade.

Essa necessidade é a PROVIDÊNCIA DIVINA.

“Or la vérité, [à savoir] qu'une Providence, et de fait la Providence divine, préside aux événements du monde, correspond au principe indiqué; car la Providence divine est la sagesse selon une puissance infinie; une sagesse qui réalise effectivement ses fins, c'est-à-dire la fin ultime rationnelle absolue du monde."¹⁸ (Hegel, 2009, p. 58)

Esta sapiência é, pela sua potência infinita a Providência Divina, e a maneira pela qual ela se efetiva em acto no mundo é o plano da providência.¹⁹ Ora o fim último da História é revelar esse plano de Providência Divina, e o fim último do “Homem” é torna-lo consciente.

Esta consciência consiste pois em saber como o espirito nos guia, segundo o que ele nos manifesta em pensamento e em representação.

“La raison saisie dans sa détermination: c'est d'abord cela qu'est la Chose [même].”²⁰ (Hegel, 2009, p. 61)

Porém, a “coisa em si” é um universal concreto que é simultaneamente o objecto da história, e o princípio espiritual dos povos.

¹⁷ “(...) considera-lo como uma *vista de conjunto* do todo, como o *resultado* da consideração à qual nos devemos dar, - e é porque o todo já me é conhecido que um tal resultado me é conhecido. É portanto somente da própria consideração da história mundial, que ele verificou e verificará que nela foi racionalmente, que a historia mundial universal foi a marcha necessária e racional do espirito do mundo; - o espirito do mundo é o espirito em geral que [constitui] a substância da história, o espirito um do qual a natureza é uma e sempre a mesma, e que explicita esta natureza uma que é a sua no ser-lá do mundo.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l'Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

¹⁸ “Ora a *verdade*, [a saber] que uma Providência, e de facto a Providência divina, preside aos acontecimentos do mundo, corresponde ao princípio indicado; pois a *Providência* divina é a sabedoria segundo uma potência infinita; uma sabedoria que realiza efectivamente os seus fins, quer dizer o fim último racional absoluto do mundo.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l'Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

¹⁹ Cf. Fichte. Características principais da época presente. Cf. Schelling. Sistema do idealismo transcendental.

²⁰ “A razão apreende-se na sua determinação: é antes de mais isto que é a *Coisa* [ela mesma].” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l'Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

Este universal determina-se de duas maneiras:

- a) O princípio espiritual é em primeiro lugar a totalidade de todas as determinações particulares.
- b) Esta totalidade dos espíritos dos povos são eles mesmos a totalidade de um único espírito universal.

O propósito pois, da Providência Divina é concretizar-se em acto, realizar-se, ou seja o que o espírito faz é completar-se a si mesmo, mas ao fazê-lo entra em declínio. Surge então um outro povo, uma outra civilização.

É nisto que consiste o movimento da História até a sua máxima realização.

A filosofia da História é pois a história mundial considerada nos seus pensamentos universais e Hegel identifica três destes pensamentos:

1º - O primeiro pensamento universal diz respeito à mudança em si.

Na ação infinita da razão, na sua infinita potência de determinação tudo muda excepto a mudança ela mesma.

Por isso para que a história progrida é necessário que uns povos declinam ou morram para outros nascerem e assim toda a história é feita sobre ruínas do passado, ou memórias de civilizações desaparecidas.

2º - O segundo princípio universal é o que se liga ao nascimento e aparecimento de uma nova eticidade. Na história o espírito adquire assim uma multitude de aspetos que se satisfaz em si mesmo, e como a razão produz a matéria de que é composta, estas criações são a matéria que o espírito deve elaborar.

“Il n’a affaire qu’à soi-même dans cette volupté d’activité (...) Car ce n’est pas l’oeuvre mas son activité propre qui constitue sa fin.”²¹ (Hegel, 2009, p. 126)

3º - O terceiro pensamento universal é o da razão, o do pensamento de um fim último do mundo, o que está por detrás de todos os fenómenos que constitui a sua força formativa.

A Historia Universal não tem pois outro fim que não seja realizar-se “(...) puisqu’elle est l’image et l’acte de la raison,”²² (Hegel, 2009, p. 127)

É esta manifestação do universal em acto ao qual todos os sacrifícios são feitos, e pela qual a razão se torna auto consciente que Hegel considera o fim último da Historia.

“C’est cette fin ultime que Dieu à voulue pour le monde (...) - et Dieu veut le plus parfait. Et ce qu’il veut, ce ne peut être que lui-même et ce qui est égal á lui, sa volonté. Sa volonté n’est pas différente de lui, et c’est cela que philosophiquement nous nommons l’Idée.”²³ (Hegel, 2009, p. 129)

O que a história reflexiva tem em comum com a filosofia da história é que ambas colocam o objecto da história como um universal; mas enquanto na história reflexiva esse universal é abstrato, na filosofia da história é considerado como um concreto infinito, e porque o espírito está eternamente em si as suas determinações não têm passado nem futuro, são um eterno presente.

²¹ “Não tem a ver senão consigo mesmo nesta sensualidade de atividade (...) Pois não é a obra mas sim a sua atividade própria que constitui o seu fim.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

²² “Porque ela é a imagem e o acto da razão.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

²³ “É este fim último que Deus quis para o mundo (...) - e Deus quer o mais perfeito. E o que ele quer, não pode ser senão ele mesmo e o que é igual a Ele, à sua vontade. A sua vontade não é diferente dele e é isso que filosoficamente nomeamos a Ideia.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

Se o objecto da história é pois a realização da Providência Divina, pela manifestação do Plano Divino, teremos que nos debruçar sobre a efetivação em acto desse “plano” isto é abordar a Determinação da Razão”.

3.3. A determinação da Razão

A determinação da razão, já foi referido, consiste em saber qual o fim último da história e, por isso, não basta referirmo-nos á determinação “ela-mesma” (o objecto da historia) mas também á sua realização efetiva no mundo.

Ora o mundo compreende duas naturezas: uma natureza física onde se observa a determinação da ideia no mundo natural; e uma determinação psíquica, onde a determinação da ideia é relativa ao espirito.

Mas a determinação do espirito é um universal concreto e por isso temos de abordar esta determinação em três aspetos distintos:

- a) A determinação universal – A liberdade.
- b) Os meios para realizar essa determinação.
- c) A realidade realizada: O Estado.

3.3.1. A determinação universal: A Liberdade.

Sendo a razão universal e a sua determinação uma efetivação em acto desse universal, a liberdade consiste na ação de adequar o objecto a essa universalidade.

“Ce que nous avons indiqué comme [étant, pour ce qui concerne] l’esprit, la raison dans sa détermination, c’est à dire par là destination du monde spirituel (...) comme [étant] la fin ultime du monde, c’est donc la conscience qu’a l’esprit de sa liberté; et c’est en cela seulement que consiste aussi la réalité effective de sa liberté en général.”²⁴ (Hegel, 2009, p. 65)

A primeira forma de liberdade, afirma Hegel “aquela que lhe é própria e na qual a ideia se revela é o puro pensamento ele mesmo.”

Ora pensar consiste em saber o universal, eu sou na medida em que penso, em que coloco em mim um conteúdo “saber quem sou em mim”.

“L’impulsion infinie de la pensée consiste à poser en nous le réel comme un universel et un idéal. Ce que l’homme est réellement, il doit l’être idéellement.”²⁵ (Hegel, 2009, p. 132)

O homem coloca-se pois como um objecto a si mesmo e o impulso reside em realizar no mundo exterior esse ideal. O animal não possui esta cisão, não opõe entre o estímulo e a resposta, nada que os separe.

Pelo contrário, o homem possui perante um estímulo um ideal ao qual deve orientar a sua resposta e a maneira como a orienta é a sua vontade.

²⁴ “O que nós havíamos indicado como [sendo, pelo que diz respeito] ao espirito, a *razão* na sua determinação, quer isto dizer, pelo destinatário do mundo espiritual (...) como [sendo] o fim último do mundo, é portanto a consciência que o espirito tem da sua liberdade; e é somente nisso que consiste também a realidade efetiva da sua liberdade no geral.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

²⁵ “A impulsão infinita do pensamento consiste em colocar em nós o real como um universal e um ideal. O que o homem é realmente, deve-o ser idealmente.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

“Il se peut que, si l’homme se donne comme fin l’entièrement universel, la détermination soit ce qui est soi-même entièrement universel (...) Il sait ce qui est, ce qui le détermine: c’est le savoir de soi et de sa volonté. Ceci fait de l’homme un [être] plein de volonté.”²⁶ (Hegel, 2009, p. 133)

A liberdade não consiste pois em predicar a nossa ação como um particular. Tal atitude é do âmbito do finito, do particular e cria um sem número de choques e interações desprovidas de orientação; por isso mesmo o seu resultado é sempre doloroso.

Assim é na nossa interioridade como um universal concreto que reside a fonte da nossa liberdade.

3.3.2. Meios para realizar uma determinação.

Os meios de realização dessa determinação são os factos históricos em-si.

O que a liberdade é interiormente são os factos históricos como exteriorização desse universal. Eles são a ação do homem na sua efetivação: as suas paixões, interesses, motivações, etc..

Mas este interior, o universal, os princípios aos quais se deve adequar a minha ação são apenas uma potência, uma possibilidade que ainda não saiu da sua interioridade. Para a sua efetivação é necessária uma vontade que a realize no exterior.

Este “deve ser” é a impulsão do homem que é a sua paixão.

Hegel afirma mesmo que “(...) rien de grand ne s’est produit dans le monde sans passion.”²⁷ (Hegel, 2009, p. 70) e que “La passion constitue le côté subjectif et, dans cette mesure, formel, de l’énergie du vouloir et de l’activité, alors même que le contenu ou le but sont encore indéterminés.”²⁸ (Hegel, 2009, p. 70)

A História mundial é pois este impulso interior de trazer á consciência o ideal, pelo qual toda a predicação tem a sua razão de ser, e embora o universal não seja consciente, nem esteja conscientemente presente nos objetivos do interesse particular, é por estes mesmos interesses particulares que ela se realiza. É a este universal que tudo está subordinado.

“L’homme n’est fin en soi que par le divin qui est en lui, par ce que nous avons dénommé dès le début raison, et – comme raison active en elle-même, se déterminant elle-même – liberté.”²⁹ (Hegel, 2009, p. 75)

3.3.3. A realidade realizada – O Estado

O homem é livre porque o seu conteúdo, a sua interioridade se efetiva exteriormente pela sua vontade, e essa efetivação em acto se acorda com o universal.

²⁶ “Pode ser que, se o homem toma como fim o inteiramente universal, a determinação seja o que é ela mesmo inteiramente universal (...) Ele sabe o que é, o que a determina: é o saber de si e da sua vontade. Isto faz do homem um [ser] cheio de vontade.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

²⁷ “(...) nada de grande se produziu no mundo sem paixão.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

²⁸ “A paixão constitui o lado subjetivo e nessa medida, formal, da energia da vontade e da atividade, enquanto que o conteúdo ou o objetivo são ainda indeterminados.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

²⁹ “O homem não é fim em si que pelo divino que está nele, pelo que nós denominamos desde o início de razão, e – como razão ativa nela própria, determinando-se ela própria – liberdade.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

“En même temps, c’est la liberté en elle-même qui renferme en elle l’infinie nécessité de se conduire précisément jusqu’à la conscience – car, selon son concept, elle est savoir de soi – et par là jusqu’à la réalité effective.”³⁰ (Hegel, 2009, p. 65)

Esta realidade efetiva é o Estado.

“L’État est l’Idée dans l’élément de ce qui est dans le monde, l’élément de la liberté humaine. L’État est le tout de la réalité effective spirituelle, effectivement réelle. Ce tout concret présente des formes particulières en lesquelles il s’appréhende et doit être appréhendé. Ces formes en constituent alors le contenu particulier. Elles sont de trois sortes. La première est que le contenu est l’universel en et pour soi, l’infini: c’est là le contenu de la religion, de l’art et de la science. La deuxième est le contenu de la finitude, en relation avec les besoins. La troisième est l’aspect naturel de l’État, le climat, le sol, etc. Ces trois aspects sont donc des formes de l’État, des systèmes de l’extériorité en lui. L’un est l’État dans son être en et pour soi, le deuxième est l’extériorité pour soi, le troisième la détermination naturelle entièrement immédiate.”³¹ (Hegel, 2009, p. 175)

Estes três aspetos formam uma unidade porque cada uma das partes se auto relaciona com as outras e não podem existir fora dessa relação.

O homem só é livre quando se realiza no Estado pois age de acordo com o Universal e representa-se nesse Universal.

Mas o homem é o que é a sua ação, na medida em que se coloca como objecto. Eu sei qualquer coisa de mim porque me coloco como objecto e separar de mim esta determinação é tomar consciência de mim. Mas ao colocar-me assim oponho-me ao negativo, á falta; e procurar suprimi-la é ter uma impulsão.

Assim pois por impulsão o universal determina-se exteriormente no particular, na multiplicidade de aspetos que constituem a exterioridade do Estado: a língua, a arte, a religião, as leis, as instituições, etc.. enfim tudo o que compõe a eticidade de um povo, a sua formação cultural.

Aqui é necessário distinguir a ética da moral: A moral consiste em opor ao ser um dever ser, ou seja um ser outro como objecto a alcançar segundo a lei ou um impulso racional. A ética são as determinações concretas do universal nas formas históricas, é a razão que se torna auto consciente.

Mas o homem é um individuo que age individualmente, segundo os seus impulsos. O que distingue o homem dos outros animais, o que o realiza na sua plenitude é agir de acordo com essa eticidade e somente então o homem se concretiza no Estado como ser racional.

³⁰ “Ao mesmo tempo, é a liberdade nela mesma que enclausura em si a infinita necessidade de se conduzir precisamente até à consciência – pois segundo o seu conceito, ela é saber por si – e por aí, até à realidade efetiva.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

³¹ “O Estado é a Ideia no elemento do que está no mundo, o elemento da liberdade humana. O Estado é o todo da realidade efetivada espiritual, efectivamente real. Este todo concreto apresenta formas particulares nas quais ele se apreende e deve ser apreendido. Essas formas constituem então o conteúdo particular. Elas são de três tipos: A primeira é que o conteúdo é o universal em si e para si, o infinito: é aqui o conteúdo da religião, da arte e da ciência. O segundo é o conteúdo da finitude, em relação com as necessidades. O terceiro é o aspeto natural do Estado, o clima, o solo, etc. Estes três aspetos são formas do Estado, dos sistemas de exterioridade em si. Um é o Estado no seu ser em e para si, o segundo é a exterioridade para si, o terceiro a determinação natural inteiramente imediata.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

“Ainsi l’individu doit rendre effective en soi la chose [même] de son peuple, et c’est ainsi que sa volonté subjective et l’universel en et pour soi sont aussi unifiés dans le sujet. Tout ce qu’est l’individu, il en est redevable à l’État, il n’a son essence qu’en celui-ci. L’État est le tout éthique, non pas un être abstrait qui s’opposerait à l’individu. Il n’y a que le criminel qui lui fait face, qui se rebelle. Mais lui aussi reste dans l’État et a en lui son droit. L’individu ne vit que dans le tout. L’intérêt de la raison veut que l’État, ce tout éthique, soit présent, et que la volonté singulière soit unie à cet absolu.”³² (Hegel, 2009, p. 168)

Mas o que o homem realiza, a sua formação cultural [Bildung] cai no tempo e assim a história, a sucessão dos fenômenos históricos não é mais do que a revelação do espírito a tornar-se auto consciente, e esta constitui a liberdade.

“L’histoire mondiale est le progrès dans la conscience de la liberté – un progrès que nous aurons à connaître dans sa nécessité.”³³ (Hegel, 2009, p. 64)

Porém este progresso é um desenvolvimento da sua formação cultural, que uma vez atingido o seu objetivo, satisfeita a sua necessidade, declina e perde o seu propósito. Tal povo vive então segundo o hábito, embora mantenha a sua realidade política.

Este excesso de formação é a causa da sua corrupção.

Assim o espírito que prepara o declínio de um povo gera também o aparecimento de um outro, pois na sua auto atividade o espírito coloca-se a si mesmo, como negação, como falta que é necessário preencher.

Esta impulsão, esta necessidade é o percurso da história mundial e, o seu devir é a revelação da ideia.

Porém a formação cultural de um povo cai no tempo e “Le temps contient surtout en soi la détermination du négatif.”³⁴ (Hegel, 2009, p. 139)

Com efeito Hegel, introduz na intuição do tempo o conceito de negatividade.

Este negativo constitui uma ausência que é necessário preencher, e por isso o negativo pressupõe uma força dinâmica de produção. O positivo, é por seu lado, o que está posto, e revela que a ação formativa atingiu o seu objetivo. Por isso o positivo é a estabilidade.

A noção de tempo é pois dada pela relação do ser e do não ser.

“(…) et cette identification temporelle de l’être et du non-être, qui est la nature comme devenir, se détermine plus avant comme celle, dans et par le maintenant qui deviant lui-même un présent s’étendant, s’étalant, du devenir de l’être se faisant non-être, c’est-à-dire du passé, et du devenir du non-être se faisant être, c’est-à-

³² “Assim o individuo deve tornar efetiva em si a coisa [mesmo] do seu povo, e é assim que a sua vontade subjetiva e o universal em e para si são também unificados no sujeito. Tudo o que é o individuo, é-o devido ao Estado, ele não tem a sua essência senão neste. O Estado é o todo ético, não um ser abstrato que opor-se-á ao individuo. Somente o criminoso lhe fará face, se rebelará. Mas ele também estará no Estado e tem nele o seu direito. O individuo só vive no todo. O interesse da razão quer que o Estado, este todo ético, seja presente, e que a vontade singular seja unida a este absoluto.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

³³ “A história mundial é o progresso na consciência da liberdade – um progresso que nós teremos a conhecer na sua necessidade.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

³⁴ “O tempo contém sobretudo em si a determinação do negativo.” HEGEL, G.W.F. “La Philosophie de l’Histoire”. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche. ISBN 978-2-253-08852-3

dire du futur. (...) «Le présent fini est le maintenant, fixé comme étant, différencié du négatif, des moments abstraits que sont le passé et le future, comme l'unité concrete, par consequente comme ce qui est affirmatif; mais un tel être n'est lui-même que l'être abstrait, disparaissant dans le néant.»³⁵ (Hegel, 2004, p. 53)

O futuro é assim a negatividade do presente e o passado a negatividade do futuro.

Assim concebido, o tempo coloca os fenómenos que nele caem sem passado nem futuro, apenas existem num eterno presente.

Por isso Hegel considera que na história dos povos, na sua eticidade, a tradição não é uma existência passiva, mas uma força ativa que se manifesta num devir e, como devir auto enriquece-se continuamente.

É na tradição que a história recolhe o seu material que ela própria elabora, e os indivíduos que agem na história devem submeter-se-lhe porque assim o sentem porque assim se completam na realização efetiva de liberdade.

Hegel afirma que esta liberdade só pode efetivar-se no Estado e só no Estado podem existir todas as formas do Espírito Absoluto que constituem a sua exterioridade. O Estado é pois o fim último da realização efetiva do universal.

4. CONCLUSÃO

O mundo natural ou espiritual são predicacões da ideia que ao colocar-se como um ser-aí (determinação) adquire por reflexão uma auto consciência.

Ora só através da objetivação em acto no mundo é que a ideia (o absoluto) se pode manifestar e o conjunto de todas as suas determinações constitui a matéria da História que elabora em si mesmo.

Por isso o progresso da história é o devir da ideia.

Mas temos que abordar essa manifestação em três aspetos distintos:

- O primeiro refere-se à sua realização efetiva. Foi afirmado que o mundo possui duas naturezas: o mundo físico com as suas determinações naturais, e o mundo psíquico com as suas determinações espirituais.

Ambas na sua realidade em acto constituem o Estado que é composto por um território (mundo físico) e por um povo, onde o mundo espiritual se predica na filosofia, nas artes, na religião, no direito, etc.. e que na sua globalidade são a eticidade de um povo.

- O segundo refere-se ao modo como esta ideia se manifesta no mundo físico, e como as suas determinações obedecem a leis específicas cuja descoberta compete à ciência.

No mundo espiritual, estas determinações da eticidade de um povo são manifestas pela atividade do homem que se coloca ele mesmo como objecto, como ser-aí e por tanto adquire uma impulsão. Esta impulsão não é ao acaso, mas orienta a atividade para o universal que o homem reconhece em si e então, só então o homem alcança a liberdade.

³⁵ "(...) e esta identificação temporal do ser e do não-ser, que é a natureza como devir, determina-se muito antes como aquela, em e pelo agora que se torna ele-mesmo um presente que se estende, se expande, do devir do ser se fazendo não-ser, quer dizer do passado e do devir do não-ser fazendo-se ser, ou seja do futuro. "(...) o presente finito é o agora, fixado como sendo, diferenciado do negativo, dos momentos abstractos que são o passado e o futuro, como a unidade concreta, por consequente como o que é afirmativo; mas um tal ser não é ele-mesmo mais do que o ser abstracto, desaparecendo na nulidade." HEGEL, G.W.F. "Philosophie de la Nature." Tome II Encyclopédie des Sciences Philosophiques. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. ISBN 2-7116-1654-1

- Hegel afirma mesmo que a História é o percurso do Homem para a liberdade.
- O terceiro diz respeito ao objecto da manifestação. Verificámos já que a ideia pela sua auto atividade determina-se no mundo e o homem como ser consciente e livre pertence ao mundo físico e psíquico.

Contudo esta atividade de predicação não se processa ao acaso mas obedece a um plano oculto que ao homem deve ser revelado.

Este plano oculto é a Providência Divina, e ao homem compete pertencer-lhe pela consciência que dele adquire.

O fim último da história é pois revelar o plano de Providência Divina.

O fim último do homem é realizá-lo.

Mas como certas determinações caem no tempo, e o tempo é a negatividade intuitiva do presente, todo o fenómeno histórico, isto é a tradição, existe sem futuro nem passado, mas num eterno presente, e isto é a tradição

Este eterno presente, que dilui em si todas as determinações é o tema central da filosofia de Hegel: a dissolução do finito no infinito, e tudo o que é, é como é e como deve ser, porque no acto de se refletir, a ideia a si retorna numa auto atividade infinita.

Nunca o pensamento humano atingiu maior abstracção nem atingirá jamais.

O Romantismo é assim uma constante negatividade de si mesmo.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. 1991. História da Filosofia. Vol. IX. Lisboa: Editorial Presença.
- FICHTE. 2009. Discursos à Nação Alemã. Col. Temas e Debates. Círculo de Leitores. Trad. Alexandre Franco de Sá
- HAAS, Andrew. 2000. Hegel and the Problem of Multiplicity. South Wales: SPEP Studies in Historical Philosophy.
- HEGEL, G.W.F. 2009. La Philosophie de l'Histoire. Col. La Pochothèque. Paris: Le Livre de Poche.
- HEGEL, G.W.F. 2004. Philosophie de la Nature. Tome II Encyclopédie des Sciences Philosophiques. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.

LUÍS MANUEL LOURENÇO SÊRRO

Nascido em Lisboa a 19 de Outubro de 1953, licenciou-se em Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, em 1979.

Esteve então integrado na equipa de projectos da Profabril de 1979 a 1983, tendo estado ao serviço desta mesma firma, um ano em Angola.

Ingressa como docente da Universidade Lusíada em 1989, onde leccionou as disciplinas de Desenho, Geometria e, Geometria Projectiva tendo no ano de 1998 concluído o curso de Mestrado em Arquitectura, nesta mesma Universidade.

Paralelamente, em actividade liberal, tem uma vasta obra construída, sobretudo no campo da acção social, tendo também desenvolvido diversos projectos do âmbito urbanístico, turístico e residencial.

Em 2009 conclui o curso de doutoramento em Teoria da Arquitectura, pela Universidade Lusíada. Sobre o título "Para um entendimento do gótico meridional".

luisserro@gmail.com